

Grupo de Apoio ao
Adolescente e à
Criança com
Câncer (GRAACC)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros do
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Entidade identificou que as receitas relacionadas ao evento denominado McDia Feliz ocorrida em 2016 haviam sido contabilizadas integralmente como receita naquele exercício, deixando de ser respeitado o princípio da competência no reconhecimento dessa receita, conforme previsto no contrato entre a Entidade e o patrocinador do evento. A Entidade apurou o montante do ajuste relacionado ao reconhecimento da receita porém efetuou a correção do assunto diretamente no patrimônio líquido, a título de ajustes de exercícios anteriores deixando de adotar a retificação dos respectivos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, o resultado do exercício e resultado abrangente findos em 31 de dezembro de 2016 estão a maior e o passivo circulante a menor em R\$ 4.840 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Outros assuntos - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas com valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório de auditoria datado de 19 de abril de 2017, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.908	12.579	Fornecedores		4.050	3.284
Recursos vinculados a projetos	9	33.952	30.406	Salários e encargos sociais	13	7.818	7.953
Créditos a receber	10	9.265	5.491	Obrigações fiscais a recolher		1.322	1.231
Estoques	11	3.476	3.401	Subvenção e convênios	14	36.325	32.239
Outros Créditos		741	792	Outras obrigações		575	531
		<u>53.342</u>	<u>52.669</u>	Total do passivo circulante		<u>50.090</u>	<u>45.238</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		145	127	Provisões para contingências	15	160	167
Imobilizado	12	71.943	66.959	Subvenção e convênios	14	27.599	23.929
		<u>72.088</u>	<u>67.086</u>	Total do passivo não circulante		<u>27.759</u>	<u>24.096</u>
Total do ativo não circulante				Patrimônio líquido			
		<u>72.088</u>	<u>67.086</u>	Patrimônio social	16	45.581	47.327
		<u>72.088</u>	<u>67.086</u>	Superávit do exercício		2.000	3.094
Total do ativo				Total do patrimônio líquido			
		<u>125.430</u>	<u>119.755</u>	Total do patrimônio líquido		<u>47.581</u>	<u>50.421</u>
		<u>125.430</u>	<u>119.755</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>125.430</u>	<u>119.755</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		2017	2016
Receitas com serviços prestados	17	32.899	29.815
Custos hospitalares	18	<u>(84.363)</u>	<u>(75.145)</u>
(Déficit) bruto		<u>(51.464)</u>	<u>(45.330)</u>
Despesas administrativas	19	(10.589)	(9.604)
Outras receitas líquidas	20	<u>63.660</u>	<u>57.848</u>
Superávit operacional		<u>1.607</u>	<u>2.914</u>
Financeiras líquidas	21	<u>393</u>	<u>180</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.000</u></u>	<u><u>3.094</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	2.000	3.094
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>2.000</u>	<u>3.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (Déficit) do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 01 de janeiro de 2016		44.913	2.414	47.327
Transferência para patrimônio social		2.414	(2.414)	-
Superávit do exercício		<u>-</u>	<u>3.094</u>	<u>3.094</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		47.327	3.094	50.421
Ajuste de exercício anterior	14	(4.840)	-	(4.840)
Transferência para patrimônio social		3.094	(3.094)	-
Superávit do exercício		<u>-</u>	<u>2.000</u>	<u>2.000</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>45.581</u>	<u>2.000</u>	<u>47.581</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.000	3.094
Ajuste por :		
Depreciação	6.593	4.939
Valor residual do ativo imobilizado baixado	22	125
Recebimento de doações do imobilizado	(328)	(337)
(Reversão) provisão para glosas líquidas	695	(6)
(Reversão) de contingências trabalhistas	(7)	(429)
	<u>8.975</u>	<u>7.386</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	(3.546)	515
Créditos a receber	(4.469)	(1.085)
Estoques	(75)	(801)
Outros créditos	51	(139)
Depósitos judiciais	(18)	22
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	766	415
Salários e encargos sociais	(135)	1.256
Obrigações fiscais a recolher	91	179
Outras obrigações	44	127
Subvenção e convênios	2.916	2.725
	<u>4.600</u>	<u>10.600</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	<u>4.600</u>	<u>10.600</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(11.271)	(8.206)
	<u>(11.271)</u>	<u>(8.206)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	<u>(11.271)</u>	<u>(8.206)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.671)</u>	<u>2.394</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.579	10.185
No fim do exercício	<u>5.908</u>	<u>12.579</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.671)</u>	<u>2.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (“GRAACC” ou “Entidade”) foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Entidade Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio às suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos, o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Hospital Graacc - Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Pedro de Toledo, 572, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.

Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde - SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Estadual nº 50.679 de 31 de março de 2006
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 733/2012
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde, portaria nº 1348 de 01/12/2014
- CMDCA - Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1083/04

Em 2007, o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e aos adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.

Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu a constituição, em 30 de agosto de 2006, de uma nova Entidade, denominada Entidade Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio

O GRAACC é uma organização sem fins lucrativos, criado com a missão de garantir a crianças e adolescentes com câncer, dentro do mais avançado padrão científico, o direito de alcançar todas as chances de cura com qualidade de vida. Para alcançar este objetivo construiu e mantém um hospital, referência no tratamento da doença, que atende pacientes de todo o Brasil, garantindo uma assistência de qualidade e humana, com altas taxas de cura. O GRAACC atua também no desenvolvimento de pesquisas e na capacitação de profissionais especializados, o que permite a disseminação de conhecimento. Em 2017, o GRAACC atendeu 3.724 crianças e adolescentes, sendo 406 novos casos, e realizou 35.962 consultas médicas, 19.091 aplicações de quimioterapia, 2.181 procedimentos cirúrgicos, 70 Transplantes de Medula Óssea, entre outros procedimentos.

Em 2017 o Hospital do GRAACC recebeu a certificação hospitalar da Joint Commission International (JCI). Uma auditoria externa norte-americana avaliou a excelência dos serviços prestados no hospital e julgou que a instituição adota medidas de segurança de padrão internacional no tratamento dos pacientes. A acreditação hospitalar, além de confirmar a qualidade dos profissionais e da infraestrutura, também reforça o modelo de gestão corporativa. O GRAACC ainda conquistou mais dois reconhecimentos. Os colaboradores avaliaram as práticas de gestão, como credibilidade, respeito e ambiente de trabalho, e o resultado foi a entrada da instituição para o ranking das Melhores Empresas para Trabalhar - Great Place to Work - na categoria Saúde - Hospitais. Já da sociedade veio a homenagem com o prêmio de melhor ONG na área da Saúde para se doar, que reconhece instituições que prezam pela transparência e pela eficiência na gestão das doações.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e Administração da Entidade em 19 de abril de 2018.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado;
- ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - provisão para crédito de liquidação duvidosas;
- Nota 12 - valor residual do ativo imobilizado; e
- Nota 15 - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 22 - instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Créditos a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e é composto basicamente por valores em aberto junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

b. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Entidade possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações	25 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g. Benefícios a funcionários

A Entidade não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem um obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Subvenção e convênios

O reconhecimento da receita e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e a crédito de gastos a incorrer em subvenção e convênios no passivo circulante. A medida que os gastos incorrerem, no mesmo momento as receitas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em subvenção e convênios.

j. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

k. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

(i) Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

(ii) Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e o GRAACC, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

(iii) Serviços

Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

Os serviços hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

l. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

m. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de pacientes e convênios e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações assumidas.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

n. Novas normas e interpretações não efetivas

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A Entidade não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração dos ativos passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e (ii) o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo CPC 48. A Administração está avaliando a classificação dos ativos e passivos financeira.

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Entidade está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 sobre seus ativos financeiros. A Administração avalia que afetará principalmente o créditos a receber aumentando os níveis de provisionamento atuais, uma vez que o método atual de provisionamento da Entidade é de perdas incorridas, conforme descrito na nota 9.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita com contrato de clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18). A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Entidade está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 47 / IFRS 15. A Administração avalia que afetará principalmente a forma do reconhecimento de receita de contratos com clientes que serão registrados deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

Além disso são avaliados uma extensão maior de divulgação nas notas explicativas e à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

IFRS 16 - Arrendamentos

Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos

como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Este pronunciamento deverá ser adotado com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras uma vez que não possuem despesas relevantes com arrendamentos.

7 Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade registrou o montante de R\$ 2.120 (R\$1.570 em 2016) de receitas com voluntários.

Exercício	Diretoria Estatutária	Coordenação Geral	Coordenação	Sub Coordenação	Operação	Total
2017	186	574	372	94	894	2.120
2016	302	308	168	126	666	1.570

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa - Fundo Fixo	5	5
Banco conta movimento	88	108
Aplicações financeiras	5.815	12.466
	<u>5.908</u>	<u>12.579</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

9 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Banco conta movimento	1.232	2.014
Aplicações financeiras	32.720	28.392
	<u>33.952</u>	<u>30.406</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente em projetos incentivados. Vide nota 14.

10 Créditos a receber

	2017	2016
SUS	2.952	1.707
Convênios e particulares	<u>9.502</u>	<u>6.278</u>
	12.454	7.985
Provisão de glosas	<u>(3.189)</u>	<u>(2.494)</u>
	<u>9.265</u>	<u>5.491</u>

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 22. O aging list dos créditos a receber da Entidade está demonstrado a seguir:

	2017	2016
A vencer	8.180	4.351
Vencidos até 30 dias	750	294
Vencidos de 31 a 90 dias	486	465
Vencidos de 90 a 360 dias	<u>3.038</u>	<u>2.875</u>
Total	<u>12.454</u>	<u>7.985</u>

A movimentação do saldo de provisão para glosas está demonstrada a seguir:

Saldo Em 31 de dezembro de 2015		<u>(2.488)</u>
Reversão de provisão		1.033
Constituição de provisão		<u>(1.039)</u>
Saldo Em 31 de dezembro de 2016		(2.494)
Reversão de provisão		1.120
Constituição de provisão		<u>(1.815)</u>
Saldo Em 31 de dezembro de 2017		<u>(3.189)</u>

11 Estoques

	2017	2016
Materiais hospitalares	1.830	1.718
Medicamentos	<u>1.646</u>	<u>1.683</u>
	<u>3.476</u>	<u>3.401</u>

12 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

	2016	Aquisições e doações	Baixas	Transferências	2017
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	36.205	-	(24)	2.811	38.992
Máquinas e equipamentos	20.002	3.298	-	2.078	25.378
Móveis e utensílios	3.909	291	(9)	158	4.349
Veículos	80	-	(80)	-	-
Instrumentos e aparelhos médicos	18.099	1.694	(6)	800	20.587
Instalações	656	35	-	22	713
Equipamentos informática	3.505	160	(155)	148	3.658
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	1.644	15	-	-	1.659
Subtotal de ativos em operação	<u>93.448</u>	<u>5.493</u>	<u>(274)</u>	<u>6.017</u>	<u>104.684</u>
Construções em andamento	2.763	2.662	-	(2.833)	2.592
Imobilizações em andamento	<u>1.432</u>	<u>3.444</u>	<u>-</u>	<u>(3.184)</u>	<u>1.692</u>
Total do custo	<u>97.643</u>	<u>11.599</u>	<u>(274)</u>	<u>-</u>	<u>108.968</u>
	2016	Adições e doações	Baixas	Transferência	2017
Edifícios e construções	(7.534)	(1.520)	10	-	(9.044)
Máquinas e equipamentos	(4.355)	(2.195)	-	-	(6.550)
Móveis e utensílios	(1.440)	(316)	5	-	(1.751)
Veículos	(26)	(20)	46	-	-
Instrumentos e aparelhos médicos	(11.067)	(1.410)	-	-	(12.477)
Instalações	(477)	(26)	-	-	(503)
Equipamentos de informática	(2.022)	(453)	191	-	(2.284)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.527)	(653)	-	-	(3.180)
Outros	<u>(1.236)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.236)</u>
Total da depreciação	<u>(30.684)</u>	<u>(6.593)</u>	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>(37.025)</u>
Imobilizado líquido	<u>66.959</u>	<u>4.745</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>71.943</u>

**Grupo de Apoio ao Adolescente e à
Criança com Câncer (GRAACC)**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	2015	Aquisições e doações	Baixas	Transferências	2016
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	35.384	11	(2)	812	36.205
Máquinas e equipamentos	17.175	1.503	(164)	1.488	20.002
Móveis e utensílios	3.396	409	(93)	197	3.909
Veículos	217	-	(137)	-	80
Instrumentos e aparelhos médicos	16.246	843	-	1.010	18.099
Instalações	572	94	(10)	-	656
Equipamentos informática	2.494	383	(52)	680	3.505
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	1.283	155	-	206	1.644
Total de ativos em operação	86.115	3.398	(458)	4.393	93.448
Construções em andamento	1.465	2.445	-	(1.147)	2.763
Imobilizações em andamento	1.978	2.700	-	(3.246)	1.432
Total do imobilizado	89.558	8.543	(458)	-	97.643

	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Edifícios e construções	(6.100)	(1.434)	-	-	(7.534)
Máquinas e equipamentos	(2.703)	(1.795)	143	-	(4.355)
Móveis e utensílios	(1.200)	(301)	61	-	(1.440)
Veículos	(80)	(16)	70	-	(26)
Instrumentos e aparelhos médicos	(10.185)	(882)	-	-	(11.067)
Instalações	(467)	(19)	9	-	(477)
Equipamentos de informática	(1.784)	(288)	50	-	(2.022)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.323)	(204)	-	-	(2.527)
Outros	(1.236)	-	-	-	(1.236)
Total da depreciação	(26.078)	(4.939)	333	-	(30.684)
Imobilizado líquido	63.480	3.604	(125)	-	66.959

13 Salários e encargos sociais

	2017	2016
Provisão para férias e encargos	4.549	4.336
Salários a pagar	2.618	3.036
FGTS a pagar	398	374
INSS a pagar	244	201
Outros	9	6
	<u>7.818</u>	<u>7.953</u>

14 Subvenção e convênios

	2017	2016
Subvenções e convênios (a)	33.742	30.328
Terreno (b)	4.447	4.447
Diferidas edificações e reformas (c)	8.005	7.790
Diferidas máquinas e equipamentos (c)	17.730	13.603
	63.924	56.168
 Subvenções Passivo Circulante	 36.325	 32.239
Subvenções Passivo não Circulante	27.599	23.929

- (a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. Os recursos recebidos e não empregados estão apresentados no ativo circulante, na rubrica de recursos vinculados a projetos (nota 9). Em 2017 a Entidade passou a provisionar por competência a receita diferida relacionado aos recursos recebidos no evento McDia Feliz. Até 2016 a Entidade adotava como critério reconhecer a receita no mesmo exercício onde o evento era realizado, apesar da existência de condicionais para a utilização dos recursos. Os efeitos para adequação do evento McDia Feliz ao princípio de competência em 2016 foram apurados pela Entidade que identificou uma receita reconhecida a maior naquele exercício em R\$ 4.840, sendo tal valor ajustado em 2017 diretamente contra o patrimônio líquido em contrapartida a rubrica de subvenções e convênios no passivo circulante.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram compostos por:

Descrição	2017	2016
Pronon	21.428	22.594
McDia Feliz	5.767	-
FNS	3.793	4.266
FUNCAD	1.315	1.874
FID	599	158
Corrida e caminhada	487	558
Espaço Família	353	-
Secretaria Municipal da Saúde	-	28
Ministério da Cultura - Concerto Pela Vida	-	850
	33.742	30.328

- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$ 4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer.
- (c) Referem-se aos recursos utilizados na construção e reforma bem como as aquisições de bens. A receita diferida é realizada em contrapartida ao resultado do exercício na mesma proporção dos ativos, de acordo com a vida útil.

15 Provisões para contingências

Processos em andamento com probabilidade de perda prováveis

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado

suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso.

A movimentação das contingências de natureza trabalhista é apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	436
Adições	256
Baixas	(525)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	167
Adições	-
Baixas	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	160

Processos em andamento com probabilidade de perda possível

A Entidade possui contingências de natureza trabalhista e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível no montante de R\$ 482 (R\$ 1.136 em 2016) e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAAC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de extinção ou dissolução total do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades de saúde e assistência social congênere, devidamente registrada no Ministério da Saúde, ou ainda, para entidade pública escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração que preencha todos os requisitos legais pertinentes. Conforme artigo 28 do Estatuto Social.

17 Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	2017	2016
Receita com serviços prestados		
Prefeitura Municipal de São Paulo	15.296	15.455
Convênios/Planos de saúde	18.621	15.176
Ensino/pesquisas/outros	797	223
Deduções e abatimentos - glosas (nota 10)	(1.815)	(1.039)
Total da receita	32.899	29.815

Em 2017 a Entidade não constituiu provisão de perdas na realização dos créditos a receber.

18 Custos hospitalares

	2017	2016
Salários e encargos diretos e auxiliares	(43.727)	(37.405)
Medicamentos e materiais	(15.866)	(15.368)
Serviços profissionais	(12.698)	(10.820)
Custos hospitalares	(6.997)	(6.091)
Depreciação e amortização	(4.292)	(2.911)
Outros	(783)	(2.550)
	<u>(84.363)</u>	<u>(75.145)</u>

19 Despesas administrativas

	2017	2016
Salários e encargos administrativos	(6.750)	(5.689)
Depreciação e amortização	(2.154)	(2.025)
Administração em geral	(1.458)	(1.254)
Outros	(227)	(636)
	<u>(10.589)</u>	<u>(9.604)</u>

20 Outras receitas líquidas

	2017	2016
Doações de pessoas físicas e jurídicas (a)	49.061	52.365
Outros eventos (DI/Adm./Voluntariado) (b)	12.602	11.764
Eventos McDia Feliz (b)	5.689	5.405
Governamentais	12.868	6.860
Doação de bens e Materiais/amortiz rec. diferidas	3.425	2.344
	<u>83.645</u>	<u>78.738</u>
Outras receitas		
Salários e encargos (DI/Voluntariado) (c)	(6.434)	(8.112)
Administrativas (DI/Voluntariado) (c)	(13.551)	(12.778)
	<u>(19.985)</u>	<u>(20.890)</u>
Outras despesas		
Outras receitas líquidas	<u>63.660</u>	<u>57.848</u>

(a) Doações

No exercício de 2017, a Entidade recebeu doações em dinheiro no valor de R\$ 49.061 (R\$ 52.365 em 2016) de diversas pessoas físicas e jurídicas.

(b) Eventos

O s recursos decorrentes do evento anual “McDia Feliz” (renda obtida com a venda do “Big Mac” na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de *souvenirs*, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, a Entidade arrecadou no exercício de 2017 o valor líquido de R\$ 5.689 (R\$ 5.405 em 2016), de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC, respeitando o critério de reconhecimento da receita conforme mencionado na Nota 3.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$12.602 (R\$11.764 em 2016) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras.

(c) Despesas com salários, encargos e administrativas

Despesas com pessoal e administrativa estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados nas notas (a) e (b) acima.

21 Receitas financeiras, líquidas

	2017	2016
Rendimentos de aplicação financeira	439	496
Outras receitas financeiras	<u>52</u>	<u>106</u>
Receitas financeiras	<u>491</u>	<u>602</u>
Despesas com juros	(15)	(7)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	<u>(83)</u>	<u>(415)</u>
Despesas financeiras	<u>(98)</u>	<u>(422)</u>
Receitas financeiras, líquidas	<u><u>393</u></u>	<u><u>180</u></u>

22 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.908	12.579
Recursos vinculados a projetos	9	33.952	30.406
Créditos a receber	10	<u>9.265</u>	<u>5.491</u>
		<u><u>49.125</u></u>	<u><u>48.476</u></u>

Os saldos de créditos a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	12 meses ou menos
31 de dezembro de 2017 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	4.050	4.050
Outras obrigações	575	574
	4.625	4.624
31 de dezembro de 2016 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	3.284	3.284
Outras obrigações	531	531
	3.815	3.815

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

	2017	2016
Instrumento financeiro de taxa variável		
Aplicações financeiras recursos próprios	5.815	12.466
Aplicações financeiras recursos vinculados a projetos	32.719	28.392
	38.534	40.858

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Em relação a taxa de juros, a Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

23 Partes relacionadas e remuneração da administração

A Associação não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.

24 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune do recolhimento de 2% sobre os serviços prestados à pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1º a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47,

§ 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da COFINS.

25 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- Cota Patronal - INSS

26 Atendimento SUS

Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aos art.19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao art. 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	<u>2017</u> Quantidade de atendimento	%	<u>2016</u> Quantidade de atendimento	%
Atendimentos ambulatoriais				
SUS	206.906	94%	161.043	95%
Convênios e particulares	12.468	6%	8.617	5%
	<u>219.374</u>	<u>100%</u>	<u>169.660</u>	<u>100%</u>
Internações hospitalares				
SUS	11.493	83%	10.657	86%
Convênios e particulares	2.313	17%	1.747	14%
	<u>13.806</u>	<u>100%</u>	<u>12.404</u>	<u>100%</u>

Conforme Art. 32 da portaria 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS.

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais (incêndio, explosão, danos elétricos e outros riscos diversos era composto por uma cobertura no montante de R\$ 80.500.

Sérgio Antônio Garcia Amoroso
Presidente

Jacinto Antonio Guidolin
Vice-Presidente

José Carlos De Oliveira
Superintendente Adm/Financ. - CEO

Edvaldo Fernandes de Souza
Contador CRC 1SP147480/O-6